

FABIO CALDAS DE ARAÚJO

*INTERVENÇÃO
DE TERCEIROS*

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

© FABIO CALDAS DE ARAÚJO

ISBN 978-85-392-0307-9

*Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.*

Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171

CEP 04531-940 – São Paulo · SP

Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495

URL: www.malheiroseditores.com.br

e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Composição

PC Editorial Ltda.

Capa

Criação: Vânia Lúcia Amato

Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

08.2015

SUMÁRIO

<i>Nota Introdutória</i>	17
--------------------------------	----

**PARTE I – A PLURALIDADE DE SUJEITOS E PARTES
NA RELAÇÃO PROCESSUAL**

Capítulo I – Sujeitos da Relação Processual

1. Parte e terceiro	21
2. Parte formal e parte material	25
3. Princípio da bilateralidade das partes	27
4. A capacidade de ser parte	30
4.1 <i>O nascituro</i>	33
5. Capacidade e legitimidade	35
6. Os entes despersonalizados. Distinção necessária	36
7. Capacidade processual	38
8. Legitimação ordinária e extraordinária	38
8.1 <i>A legitimação extraordinária e as ações coletivas</i>	40
8.1.1 <i>As ações coletivas e a “Rule 23: class action”</i>	41
8.1.2 <i>A representação adequada</i>	43
8.1.3 <i>A ação coletiva e a realidade do Direito Brasileiro</i>	45
8.2 <i>Legitimação extraordinária passiva (“defendant class action”)</i>	47
8.3 <i>O mandado de segurança coletivo e o diálogo das fontes</i> .	49
8.4 <i>A posição processual dos sindicatos</i>	51
8.4.1 <i>A legitimidade dos sindicatos. O art. 8º, III, da CF de 1988</i>	51
8.5 <i>O terceiro e sua legitimação</i>	53
8.5.1 <i>O terceiro adquirente do objeto litigioso: assistente litisconsorcial</i>	54

9. Sujeitos processuais como partes na relação processual	55
10. Incapacidade processual	56
11. Representação e assistência	56
12. O curador “ad litem”	59
13. Ausência de representante legal	60
14. Réu preso ou citado fictamente	62
14.1 Revelia e citação pessoal	64
15. A integração da capacidade do casal	65
15.1 O cônjuge no polo ativo	66
15.2 O cônjuge no polo passivo	68
16. As ações possessórias	69
16.1 Ausência de integração	70
17. Capacidade processual das pessoas jurídicas e judiciárias	71
17.1 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, por seus procuradores	72
17.2 O Município, por seu prefeito ou procurador. A posição da Câmara Municipal	73
17.3 A massa falida e o administrador judicial	75
17.4 A herança jacente ou vacante e a figura do curador	75
17.5 O espólio e sua representação pelo inventariante	76
17.6 A representação das pessoas jurídicas	77
17.7 As sociedades sem personalidade jurídica	78
17.8 A pessoa jurídica estrangeira	79
17.9 O administrador e o síndico do condomínio	79
18. Incapacidade e defeito na representação: juízos “a quo” e “ad quem”	80
19. Capacidade postulatória	81
20. Forma de representação	82
21. Desnecessidade de capacidade postulatória	83
22. Prerrogativas inerentes à capacidade postulatória	85

Capítulo II – *Litisconsórcio*

1. Do litisconsórcio e da intervenção de terceiros no processo civil	87
2. Principiologia da litisconsorciação	89
2.1 Princípio da singularidade	89
2.2 Princípio da tipicidade	90
2.3 Princípios da economia processual e da tempestividade ...	91
3. Noções gerais sobre o litisconsórcio	93
4. Breve retrospectiva sobre o instituto	97
5. O litisconsórcio e sua classificação	
5.1 Quanto ao momento da formação do litisconsórcio	100

5.2	<i>Quanto ao polo da relação processual</i>	102
5.3	<i>Quanto à obrigatoriedade da formação</i>	103
5.3.1	A possibilidade de recusação no Código de Processo Civil: litisconsórcio multitudinário	105
5.4	<i>Litisconsórcio facultativo</i>	107
5.4.1	Art. 113, I, do CPC	109
5.4.2	Art. 113, II, do CPC	110
5.4.3	Art. 113, III, do CPC	112
5.4.4	O litisconsórcio facultativo e suas modulações na jurisprudência	114
5.4.4.1	Modulações do litisconsórcio facultativo: eventual, alternativo e sucessivo	116
5.5	<i>Estrutura do litisconsórcio multitudinário</i>	118
5.5.1	A iniciativa do incidente	119
5.5.2	Momento da impugnação e competência	120
5.5.3	Litisconsórcio multitudinário e as ações coletivas	121
5.5.3.1	A intervenção individual e o regime litisconsorcial nas ações coletivas	122
5.6	<i>O litisconsórcio necessário</i>	124
5.6.1	O litisconsórcio necessário ativo	128
5.6.2	O litisconsórcio necessário e poder oficioso do juiz ..	131
5.6.3	O litisconsórcio necessário e sua prática	134
5.6.4	O litisconsórcio quase necessário	139
5.6.5	Litisconsórcio: eficácia da sentença, coisa julgada e o art. 506 do CPC	139
5.6.6	Sentença “inutiliter data” e o conflito entre terceiros ..	143
5.6.7	Litisconsórcio necessário e a classificação das ações e sentenças	144
5.6.8	A intervenção “iussu iudicis”	146
5.7	<i>O litisconsórcio unitário</i>	148
5.8	<i>O litisconsórcio simples ou comum</i>	151
6.	<i>Comunicação dos atos processuais aos litisconsortes</i>	156
7.	<i>A figura da intervenção litisconsorcial voluntária</i>	157
8.	<i>Litisconsórcio e o valor da causa</i>	160
9.	<i>As despesas processuais no litisconsórcio</i>	163

PARTE II – O TERCEIRO NA RELAÇÃO PROCESSUAL

Capítulo III – Da Intervenção de Terceiros e da Assistência

1.	<i>Considerações iniciais sobre o regime da intervenção de terceiros</i>	167
----	---	-----

2. Breve notícia legal e histórica da assistência no ordenamento pátrio	170
3. Topologia da assistência no Direito alienígena	173
4. Aspectos preliminares sobre a assistência	174
5. Finalidade e alcance da assistência	177
6. Modalidades de assistência (simples e litisconsorcial)	180
6.1 Diferenciação entre a assistência simples e a litisconsorcial	182
7. Assistente litisconsorcial e sua dupla função (“Doppelstellung”)	185
8. Assistência litisconsorcial em ações coletivas: arts. 91 e 94 do CDC	187
9. Litisconsórcio ulterior e assistência litisconsorcial	188
10. Pressupostos para o cabimento da assistência	
10.1 Litispendência	192
10.2 Preenchimento dos pressupostos processuais	192
10.2.1 Capacidade material, processual e postulatória	193
10.2.2 Petição inicial	193
11. Procedimento da assistência	194
12. Atividade do assistente	197
13. Assistência e revelia. A gestão processual do assistente	201
14. Interação entre o assistente e o assistido	202
15. A justiça da decisão e o efeito da intervenção	203
16. Exceções à eficácia da intervenção	206
17. As despesas do processo e a assistência	207
18. Casos especiais de assistência e figuras afins	
18.1 Assistência anômala da Fazenda Pública: Lei 9.469/1997	208
18.1.1 Legitimidade	210
18.1.2 Convalidação dos atos processuais	211
18.2 Recurso de terceiro prejudicado	212

Capítulo IV – “Amicus Curiae”

1. O “amicus curiae” no Código de Processo Civil	214
1.1 O “amicus curiae” no processo objetivo	215
1.2 O “amicus curiae” no processo subjetivo: demandas repetitivas	217
2. “Amicus curiae” e figuras afins: assistente, curador e perito	219
3. O “amicus curiae” e sua atuação na relação processual	
3.1 Intervenção voluntária ou provocada	222
3.2 A legitimação do “amicus curiae”	223
3.3 Procedimento para a intervenção: competência e facultades processuais	225

3.4	<i>Instrução do processo</i>	226
3.5	<i>Legitimidade recursal</i>	227

Capítulo V – Denúnciação da Lide

1.	<i>Perspectiva histórica do instituto</i>	231
2.	<i>Breve notícia da denúnciação no Direito Comparado</i>	
2.1	<i>Direito Alemão</i>	233
2.2	<i>Direito Português</i>	236
2.3	<i>Direito Italiano</i>	237
3.	<i>A denúnciação perante o art. 125 do CPC</i>	239
4.	<i>Pressupostos da denúnciação</i>	240
5.	<i>Iniciativa da denúnciação</i>	243
6.	<i>Aspectos genéricos acerca dos tipos do art. 125 do CPC</i>	244
7.	<i>O art. 125 do CPC e a denúnciação por fundamento na evicção</i>	244
8.	<i>O art. 125, I, do CPC: denúnciação por evicção</i>	247
8.1	<i>Noções sobre a evicção</i>	249
8.2	<i>Evicção e denúnciação em casos de posse e uso do bem</i> ...	250
8.3	<i>O regime da evicção no Código Civil brasileiro atual</i>	251
8.3.1	<i>A reivindicação dos bens móveis</i>	252
8.3.2	<i>O regime da evicção dos bens móveis</i>	253
8.3.3	<i>A denúnciação para as formas de dissociação da posse no Direito Brasileiro</i>	254
8.4	<i>A denúnciação na posse direta e a nomeação à autoria</i>	258
8.4.1	<i>O art. 125, I, do CPC e a ação reivindicatória</i>	258
9.	<i>A denúnciação pelo art. 125, II, do CPC</i>	260
9.1	<i>A denúnciação por natureza contratual</i>	261
9.2	<i>As possíveis condutas da seguradora: art. 128 do CPC</i>	262
9.3	<i>O ressarcimento pela seguradora: art. 786 do CC brasileiro e Súmula 188 do STF</i>	265
9.3.1	<i>A participação do IRB como litisdenuciado: cossegu- ro, resseguro e retrocessão</i>	265
9.4	<i>A denúnciação por garantia legal</i>	266
9.4.1	<i>O ente estatal no polo passivo da relação: atos comis- sivos</i>	266
9.4.2	<i>O ente estatal e a responsabilidade por omissão (culpa aquiliana)</i>	270
9.4.3	<i>Denúnciação do ente estatal pelo agente público</i>	270
10.	<i>A denúnciação do polo ativo e a posição do adquirente</i>	271
10.1	<i>Aditamento da petição inicial</i>	272
10.2	<i>A revelia do denunciado pelo autor</i>	273

10.3	<i>Âmbito da denúncia pelo autor</i>	273
10.4	<i>A situação jurídica do litisdenunciado pelo autor e réu: litisconsórcio e assistência</i>	276
11.	<i>Ausência de denúncia e reconhecimento jurídico do pedido pela parte</i>	278
12.	<i>A tutela provisória na denúncia</i>	279
13.	<i>Denúncia e ilegitimidade passiva</i>	280
14.	<i>A denúncia pelo réu e as possíveis atitudes do litisdenunciado</i>	280
14.1	<i>O art. 128, I, do CPC: aceitação e formação de litisconsórcio</i>	281
14.2	<i>O art. 128, II, do CPC: denunciado revel ou resistente à denúncia</i>	283
14.3	<i>O art. 128, III, do CPC: a confissão pelo litisdenunciado</i>	283
15.	<i>A denúncia e seu cabimento: procedimento comum (ordinário e sumariíssimo) e especial</i>	284
16.	<i>Denúncia sucessiva, coletiva e direta (“per saltum”)</i>	287
17.	<i>Procedimento da denúncia</i>	290
17.1	<i>A citação</i>	290
17.2	<i>A suspensão do processo</i>	292
17.3	<i>Citação por iniciativa do réu</i>	292
17.4	<i>Prazo para resposta do denunciado</i>	293
17.5	<i>Competência para denúncia</i>	293
18.	<i>Despesas e honorários advocatícios</i>	294
18.1	<i>Procedência da ação principal e a litisdenúncia pelo réu</i>	296
18.2	<i>Improcedência da ação principal: litisdenúncia pelo autor</i>	297
18.3	<i>Improcedência da ação principal: litisdenúncia pelo réu</i>	297
19.	<i>A denúncia e a formação do título executivo</i>	298

Capítulo VI – Chamamento ao Processo

1.	<i>Considerações preliminares</i>	300
2.	<i>Direito Comparado</i>	301
3.	<i>Iniciativa do chamamento</i>	303
4.	<i>Cabimento do chamamento</i>	305
5.	<i>Hipóteses do chamamento</i>	
5.1	<i>Art. 130, I, do CPC: o chamamento do devedor principal</i>	308
5.2	<i>Art. 130, II, do CPC</i>	311
5.3	<i>Art. 130, III, do CPC</i>	312

5.3.1	Chamamento na obrigação alimentar	313
6.	Regime jurídico entre o chamante e o chamado	316
7.	Procedimento do chamamento	317
7.1	Momento do chamamento	317
7.2	Análise dos pressupostos do chamamento	317
7.3	Suspensão do processo	318
7.4	O chamamento pelo reconvido	319
8.	Sentença	320
9.	Recursos	320

*Capítulo VII – Do Incidente de Desconsideração
da Personalidade Jurídica*

1.	<i>A importância e o papel da pessoa jurídica no sistema econômico moderno: a atomização do direito de propriedade</i>	322
2.	<i>O marco da doutrina da desconsideração</i>	326
3.	<i>A doutrina da desconsideração (“Nichtbeachtung der juristischen Person”)</i>	327
4.	<i>A figura normativa da desconsideração e a boa-fé</i>	329
5.	<i>Teorias: objetiva e subjetiva</i>	330
6.	Requisitos para a desconsideração da personalidade no Direito Brasileiro	331
7.	Petição inicial: pedido autônomo ou incidental	332
7.1	Conteúdo específico da causa de pedir: a violação à boa-fé objetiva	333
7.2	Legitimação processual ativa	335
7.3	Legitimação passiva e regularidade da pessoa jurídica: registro civil ou comercial	336
7.3.1	A desconsideração da personalidade e a doutrina “ultra vires” (“beyond the powers”)	340
7.3.2	A pessoa jurídica de responsabilidade limitada	342
7.4	A legitimação passiva e a desconsideração inversa	343
7.5	O pedido de citação e a formação de litisconsórcio	344
8.	O procedimento judicial do incidente de desconsideração	345
8.1	A desconsideração como processo incidental	346
8.2	Necessidade do contraditório na desconsideração	348
8.3	A tutela de urgência no pedido de desconsideração	349
8.4	A defesa na desconsideração da personalidade	351
9.	A desconsideração no processo cognitivo e executivo	351
10.	A desconsideração da personalidade jurídica: fraude à lei, fraude contra credores e fraude à execução	352

10.1	<i>A fraude à execução e os terceiros de boa-fé</i>	354
10.2	<i>A desconsideração e a responsabilidade patrimonial do sócio: art. 790, II e VII, do CPC</i>	355
11.	<i>A desconsideração e o regime da ineficácia</i>	356

PARTE III – FIGURAS AFINS DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

Capítulo VIII – Embargos de Terceiro

1.	<i>Natureza jurídica e incidência do procedimento especial: visão comparativa</i>	361
2.	<i>Embargos de terceiro “versus” ação possessória</i>	366
3.	<i>Os embargos e sua distinção em relação à oposição</i>	367
4.	<i>A nota essencial: ato de constrição judicial</i>	369
5.	<i>“Quem, não sendo parte no processo, (...)”. A figura do terceiro</i>	370
5.1	<i>Análise do terceiro pela ótica da legitimidade “ad causam”</i>	371
5.2	<i>Distinção entre terceiro vinculado e terceiro desvinculado: o devedor “ultra titulum”</i>	373
6.	<i>A legitimação ativa para os embargos de terceiro</i>	
6.1	<i>Embargos pelo possuidor indireto e direto</i>	377
6.2	<i>Terceiro possuidor e as Súmulas 84 e 303 do STJ</i>	379
6.3	<i>Embargos pelo proprietário</i>	380
6.4	<i>Terceiro proprietário e a Súmula 92 do STJ</i>	382
6.5	<i>A Súmula 308 do STJ e a defesa da posse perante o incorporador</i>	385
6.6	<i>A parte equiparada ao terceiro. Art. 674, § 2º, do CPC</i>	386
6.6.1	<i>Os embargos do cônjuge e do companheiro: a Súmula 134 do STJ</i>	386
6.6.2	<i>Terceiro adquirente e a fraude à execução</i>	388
6.6.3	<i>A fraude e a proibição da surpresa (“Verbot der Überraschungsentscheidung”)</i>	389
6.6.3.1	<i>A ineficácia e a tipicidade na fraude à execução</i>	389
6.6.3.2	<i>Fraude em pretensões reais e reipersecutórias: boa-fé objetiva e o princípio da concentração da matrícula (Lei 13.097/2015)</i>	390
6.6.3.3	<i>Fraude na pendência da ação de execução</i> ...	390
6.6.3.4	<i>Fraude em atos constitutivos: a penhora e a Súmula 375 do STJ</i>	391
6.6.3.5	<i>Fraude com alienação ou oneração durante pendência de demanda</i>	392

6.6.4	Terceiro adquirente e a desconsideração da personalidade jurídica	393
6.7	<i>Terceiro credor com garantia real</i>	394
7.	<i>A legitimação passiva e a Súmula 303 do STJ</i>	394
8.	<i>Prazo para a interposição dos embargos</i>	395
8.1	<i>Prazo para os embargos nos processos de conhecimento e cautelar</i>	397
8.2	<i>Prazo para os embargos no processo de execução</i>	397
8.3	<i>Objeto dos embargos de terceiro</i>	398
9.	<i>Procedimento</i>	400
9.1	<i>Petição inicial</i>	401
9.2	<i>A concessão da liminar e justificação prévia</i>	402
9.3	<i>Suspensão do processo principal</i>	403
9.4	<i>Competência</i>	403
9.5	<i>Defesa do embargado</i>	405
10.	<i>Sentença e coisa julgada</i>	406

Capítulo IX – Da Oposição

1.	<i>Introdução</i>	408
2.	<i>Cabimento da oposição</i>	413
3.	<i>O procedimento da oposição</i>	415
3.1	<i>A petição inicial. Requisitos</i>	416
3.1.1	<i>Causa de pedir e pedido</i>	417
3.2	<i>Prazo para oposição</i>	418
3.3	<i>A tutela provisória na oposição</i>	418
3.4	<i>Formação da relação processual da oposição</i>	419
3.5	<i>Fase instrutória</i>	420
3.6	<i>Fase decisória: o caráter de prejudicialidade da oposição</i>	420
3.7	<i>Oposições sucessivas</i>	422

Capítulo X – Nomeação à Autoria

1.	<i>Nomeação e aparência jurídica</i>	424
2.	<i>Aspectos preliminares sobre a nomeação no sistema jurídico</i>	427
3.	<i>Breve notícia do Direito anterior</i>	429
4.	<i>Breve esboço no Direito Comparado</i>	431
5.	<i>A correção do polo passivo em face da relação jurídica real</i>	439
5.1	<i>Distinção entre proprietário/possuidor/detentor</i>	439
5.2	<i>A correção do polo nas relações jurídicas pessoais</i>	441
5.3	<i>A correção do polo em ações inibitórias e reparatórias</i>	442
6.	<i>Cabimento da nomeação à autoria</i>	443

7. <i>A ação reivindicatória e a interpretação do art. 1.228 do CC brasileiro</i>	444
8. <i>A hipótese da ação publiciana</i>	449
9. <i>Iniciativa da nomeação</i>	450
10. <i>A aceitação da correção pelo autor</i>	451
11. <i>Etapas da aceitação e formação do litisconsórcio</i>	451
12. <i>Ausência de nomeação e responsabilidade por perdas e danos</i> ...	452
Bibliografia	455